



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 20/SES/GAB-JRECURSOS/2023

PROCESSO Nº 1320.01.0044436/2021-19

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Alfenas

NMAA: Sul

URS: Alfenas

SEI: 1320.01.0044436/2021-19

ATIVIDADE SISAUD: 674

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde (Representada pelo gestor, **Sr.T.L.S.**);
- **Sr. L.A.S.**;
- **Sr.L.R.S.**;
- **Sr.D.C.A.**;
- Ex-Prefeito **Sr. L.A.S.** (Gestão 2021/2022).

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria assistencial especial realizada no Sistema Municipal de Saúde (SMS) de Alfenas, pela Assessoria Regional de Auditoria Assistencial - ARAS Oeste /SRS Divinópolis, no período compreendido entre 13 a 16 de setembro de 2021.

A auditoria em questão foi desencadeada em atendimento à demanda encaminhada pela Superintendente Regional de Saúde de Alfenas em 16/03/2021, por meio do Memorando. SES/URS ALF nº 8/2021, a partir de pedido da Comissão Interna Permanente de Saúde Mental, do Conselho Municipal de Saúde de Alfenas, para fins de apurar possíveis ilícitos praticados no exercício da atividade desenvolvida pelo Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (IMED), pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, na qualidade de prestadora de serviços públicos descentralizados.

Após emissão do Relatório Final de Auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 61, 62, 63, 64, 65 ,66 e 67/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas das penalidades impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

• ***Penalidade de Advertência Escrita:***

1 – *Constatação nº 636271– O município de Alfenas não apresentou processo administrativo que comprova o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social.*

2 – *Constatação nº 636275– O município de Alfenas não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED.*

3 – *Constatação nº 636277– O processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº526/2017) que viabilizou a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial não ocorreu em conformidade com a legislação vigente.*

4 – *Constatação nº 636286– A manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018 não está sendo garantida conforme previsto no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº001/2018.*

5 – *Constatação nº 636383– O Serviço de Atenção ao Usuário (SAU) nas unidades sob a responsabilidade do IMED não está integrado ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas.*

6 – Constatação nº 636387– Inexistência de indicação pela SMS de Alfenas de gestor público para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 01/2018 (alterado para nº 058/2018).

7 – Constatação nº 636416– A Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização não atua de acordo com as competências previstas no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018) e legislação vigente.

8 – Constatação nº 636421– A SMS não realiza os repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018).

9 – Constatação nº 636587– Os valores de repasses realizados pela SMS à OS não consideraram os parâmetros estabelecidos no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018).

10 – Constatação nº 636428– Os repasses realizados a OS IMED não estão em conformidade com a avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho.

11 – Constatação nº 636429– Os relatórios trimestrais de Prestação de Contas apresentados pelo IMED relativos ao Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº 058/2018) não são acompanhados, controlados e avaliados pela SMS de Alfenas conforme exigido pela legislação vigente.

PARECER

O Recorrente, Secretaria Municipal de Saúde, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **Sr. T.L.S.**, em resposta ao Ofício de Aplicação de Penalidade, apresentou recurso (67097374), objetivando justificar as constatações não conformes. Apresentaram manifestação no mesmo teor, como Pessoas Físicas, os Srs. **L.A.S.**, **L.R.S.** e **D.C.A.**, e ainda, por meio do Ofício nº 01/2023 de 26 de maio de 2023, o Ex-Prefeito **Sr. L.A.S.** (Gestão 2021/2022).

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

1 – Constatação nº 636271– O município de Alfenas não apresentou processo administrativo que comprova o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que, em 06/12/2021, o IMED enviou requerimento para a Procuradoria Geral do Município de Alfenas a fim de ser qualificada enquanto associação civil sem fins lucrativos como Organização Social (OS) no âmbito do município de Alfenas. Este documento foi protocolado em 21/12/2017, sob o nº 38209/17. Em 12/01/2018, a Procuradoria Geral do Município de Alfenas emitiu Parecer Jurídico deferindo o requerimento do IMED. Em 15/01/2018, o IMED foi qualificado como Organização Social no município de Alfenas por meio do Decreto Municipal nº 2.025. Verificou-se que o IMED se identifica como OS qualificada por meio do Decreto Municipal nº 2025/2018 (autos do processo administrativo nº 38209/17) no Contrato nº 01/2018 e demais documentos emitidos pela IMED. Em consulta ao sistema de informação do município, foi constatado que o processo administrativo nº 38209/2017 foi protocolado 21/12/2017 às 12h38 e concluído em 21/12/2017 às 13h04. Contudo, o município de Alfenas não apresentou processo administrativo à equipe de auditoria comprovando o cumprimento integral dos requisitos legais para outorga da qualificação do IMED como Organização Social. ”

Manifestação do Recorrente:

“Não condiz com a realidade, uma vez que estão inseridos os principais atos do processo nº 0038209/2017, a começar pelo protocolo inicial acostado aos autos do processo de chamamento às fls. 537. Em seguida, acostado ao processo de chamamento, às fls. 538, há Comunicação Interna da Comissão de Seleção que faz referência aos dois processos que corriam juntos, um na procuradoria e outro no setor de licitações. Em continuação, das fls. 539 às 545, está inserida uma das principais peças que compõem o processo de qualificação, o parecer jurídico do processo 0038209/2017, qual seja o Parecer Jurídico. Tudo isso complementando-se ao Decreto de qualificação com conteúdo integral dentro do processo licitatório, fls. 548. Tem-se, contudo, que todo o processo de qualificação materialmente encontra-se inserido na totalidade no procedimento do Chamamento Público. ”

O Decreto Federal nº 1.651, de 28 de setembro de 1995 que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS, estabelece:

(...)

Art. 11 Os órgãos do SUS e as entidades privadas, que dele participarem de forma complementar, ficam obrigados a prestar, quando exigida, ao pessoal em exercício no SNA e à Comissão Corregedora, toda informação necessária ao desempenho das atividades de controle, avaliação e auditoria, facilitando-lhes o acesso a documentos, pessoas e instalações. (...)

O Decreto Estadual nº 45.015, de 19 de janeiro de 2019, que regulamenta a designação de servidor para as funções de autoridade sanitária, e dá outras providências, contém as seguintes disposições:

(...)

Art. 4º Ficam asseguradas ao servidor designado para o exercício da função de autoridade sanitária as seguintes prerrogativas:

I - para a atividade de auditoria assistencial do SUS:

(...)

b) livre acesso aos documentos dos fundos municipais de saúde e todos os documentos pertinentes à assistência prestada pelo SUS;

c) requisitar informações necessárias ao desenvolvimento das suas atividades;

(...)

Pois bem, como observado o Recorrente informou que os apontamentos da equipe de auditoria não estariam condizentes com a realidade, visto que a documentação solicitada, referente ao processo administrativo (0038209/2017), em sua maioria, estava inserida no processo de chamamento público (32.205/2017).

A documentação constante do processo de chamamento público foi objeto de análise por parte da equipe, segundo informado na fonte de evidência.

A legislação citada, pela equipe em sede de fundamentação, é clara no sentido de que deverá ser dado livre acesso a documentação solicitada pelo agente público no exercício da função de autoridade sanitária.

Assim sendo nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

2 – Constatção nº 636275– O município de Alfenas não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que o município de Alfenas não realizou processo de licitação na modalidade de dispensa, e sim na modalidade de inexigibilidade para celebração do Contrato de Gestão com a Organização Social IMED. Em 01/11/2017, por meio da Portaria nº751/2017, foi constituída a Comissão Especial de Seleção e Avaliação visando a instrução e julgamento de Processos de seleção destinados às Organizações Sociais para celebrar Contrato de Gestão. Em 07/11/2017, foi aberto processo administrativo nº 32205/2017 devidamente autuado, protocolado e numerado. Em 01/03/2018, o contrato de gestão foi assinado sem prévia abertura de processo administrativo de licitação vinculado ao mesmo. A Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento de Alfenas realizou apostilamento do processo nº32205/2017 ao processo de licitação nº526/2017 - Inexigibilidade nº04/2017, aberto em 01/12/2017 e homologado e adjudicado em 02/04/2018. Este apostilamento foi feito após a assinatura do Contrato de Gestão, com isso o Contrato nº001/2018 foi alterado para Contrato nº58/2018. ”

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabeleceu:

(...)

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

(...)

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

- II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;*
- III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;*
- IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;*
- V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;*
- VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;*
- VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;*
- VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;*
- IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;*
- X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;*
- XI - outros comprovantes de publicações;*
- XII - demais documentos relativos à licitação.*

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

Não houve manifestação por parte dos recorrentes.

3 – Constatação nº 636277 – O processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº526/2017) que viabilizou a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas visando o gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde em Unidades de Saúde da Rede Assistencial não ocorreu em conformidade com a legislação vigente.

A equipe de auditoria evidenciou:

“O processo administrativo nº32205/2017 (alterado para nº526/2017) constituído para instrução e julgamento do Processo Seletivo e formalização do Contrato de Gestão do município de Alfenas com a OS estava devidamente instruído, com as páginas numeradas, apresentando Portaria nº 751/2017 em que foi constituída a Comissão Especial de Seleção e Avaliação visando à instrução e julgamento de Processos de Seleção destinados às Organizações Sociais para celebrar Contrato de Gestão, discriminação dos serviços a ser realizado, pedido da SMS de Alfenas de seleção de OS com descrição do objeto, da finalidade, demonstração dos objetivos e finalidades, viabilização da execução, valor de desembolso, informações técnicas-gerenciais como Anexo I ao pedido, Edital nº001/2017 (de seleção), Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Alfenas, Atas de reuniões da Comissão das etapas do processo de seleção e comprovantes de publicações. Verificou-se que somente o IMED se credenciou no processo de seleção e contratação de OS pela Prefeitura Municipal de Alfenas e apresentou todos os documentos exigidos no edital. Na data de realização da

Sessão Pública de entrega dos envelopes pelo proponente, em 09/01/2018, o IMED não possuía a qualificação como OS, mas havia previamente apresentado requerimento de qualificação junto à Procuradoria Geral do Município de Alfenas, em conformidade com a previsão do art. 14, §2º, do Decreto Municipal nº 1.975 de 07/11/2017 e do subitem 4.1.1 do edital do Processo de Seleção nº 011/2017 - SMS. Esta qualificação ocorreu em 15/01/2018 com a publicação do Decreto Municipal nº 2025/2018. Contudo, o processo administrativo nº 32205/2017 (alterado para nº 526/2017) para a formalização de Contrato de Gestão pela Prefeitura Municipal de Alfenas ocorreu em desconformidade com a legislação vigente uma vez que não houve a dispensa de licitação com as devidas justificativas. Ademais, o processo seletivo foi homologado pelo Prefeito Municipal, sendo que, conforme previsão do Edital, os atos de homologação e adjudicação do processo seletivo são de competência do Secretário Municipal de Saúde.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: Conforme “print” anexo, havia limitação no sistema à época que só disponibilizava a opção “Chamamento/Credenciamento”, a opção correta de enquadramento seria “Chamamento/Seleção”. O interesse público em ambas é totalmente díspare. A primeira opção busca o maior número para atender a população, vez que o preço é tabelado, a segunda busca a seleção da proposta mais vantajosa não havendo outras opções, o Setor de Licitação optou formalmente enquadrar como “inexigibilidade”.

A já citada Lei Federal nº 8.666/1993, estabeleceu:(...)

Art. 24 é dispensável a licitação:

(...)

XXIV - para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

(...)

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

~~I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;~~

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; ([Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017](#))

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ([Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998](#))

(...)

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;

III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;

V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XI - outros comprovantes de publicações;

XII - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#)) (...)

Extrai-se da Lei Municipal nº 4.732, de 29 de maio de 2017 que dispõe sobre a qualificação de entidade sem fins lucrativos como “organizações sociais” no âmbito do Município de Alfenas:

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, ao esporte, à saúde, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à ação social, à defesa do consumidor, à agricultura e ao abastecimento, atendidos os requisitos previstos nesta lei.

§ 1º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei, ficando o controle interno a cargo dos órgãos do Poder Executivo Municipal.

(...)

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividade relativa às áreas relacionadas no art. 1º desta lei.

*§ 1º É dispensável a licitação para celebração de contratos de prestação de serviços com aquelas entidades qualificadas como organizações sociais pelo Poder Executivo Municipal para atividades contempladas no contrato de gestão de que trata o **caput** deste artigo, nos termos do art. 24, inciso XXIV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.*

(...)

O edital do Processo de Seleção nº 001/2017 – SMS, contém, em suas cláusulas:

7. PROCEDIMENTOS GERAIS DA SELEÇÃO PÚBLICA

(...)

7.4. DA SESSÃO PÚBLICA

(...)

7.4.16. Decorrido o prazo legal para interposição de recurso, ou tendo havido renúncia expressa de interposição ou após o julgamento destes e tendo sido declarada vencedora a ORGANIZAÇÃO SOCIAL que obteve a maior pontuação final no processo seletivo, caberá então à Comissão de Avaliação e Seleção encaminhar o processo ao Secretário Municipal de Saúde para homologação da seleção e adjudicação à entidade classificada em primeiro lugar, determinando a sua convocação para assinatura de CONTRATO DE GESTÃO.

O Recorrente informou que a irregularidade identificada se deu em virtude de uma limitação do seu sistema de contratação a época, o qual só disponibilizava a opção “*chamamento/credenciamento*”. Anexou print (67100962) como meio de oferecer suporte probatório.

Apesar do alegado, nosso entendimento é no sentido de que medidas deveriam ter sido diligenciadas visando a adoção da modalidade de licitação aplicável ao objeto da contratação, haja vistas não existir margem de discricionariedade em situações onde a lei define a forma a ser adotada. Assim sendo, entendemos, S.M.J, que as argumentações apresentadas pelo recorrente não deverão ser merecedoras de acolhida, situação em que a penalidade aplicada deverá ser mantida.

4 – Constatação nº 636286 – A manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos nos Anexos I e V do Contrato de Gestão nº 001/2018 não está sendo garantida conforme previsto no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº 001/2018.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Em 16/09/2021, no momento da visita às unidades de saúde Santa Clara Pinheirinho, Recreio Vale do Sol e Vila Betânia pela equipe de auditoria, foi constatada presença de equipe mínima conforme previsão do Contrato de Gestão nº 0018/2018 alterado para nº 058/2018. Os Relatórios Técnicos Trimestrais de Prestação de Contas do período de 2018 a 2021 elaborados pela IMED demonstram a não manutenção do número mínimo de profissionais preconizado pelo Contrato de Gestão nº 001/2018, conforme relatado a seguir:

- PSF Pinheirinho: registro de falta de 01 auxiliar de saúde bucal (ASB) e 01 cirurgião dentista (CD) no 3º Relatório Trimestral 2018;*
- PSF Primavera I: registro de falta de 01 ASB e 01 cirurgião dentista nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2019;*
- PSF Primavera II: registro de falta de 01 Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e registro de falta de 02 ACS nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020;*
- PSF Recreio I: registro de falta de 01 ACS nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020;*
- PSF Recreio II: registro de falta de 01 ACS, 01 cirurgião dentista e 01 ASB nos 1º, 2º, 3º, 4º Relatório Trimestral 2019 e nos 1º, 2º, 3º Relatório Trimestral 2020);*
- CAPS: registro de falta de 03 terapeutas ocupacionais no 1º Relatório Trimestral 2019;*

No 4º Relatório Trimestral 2020 e nos 1º e 2º Relatórios Trimestrais 2021, a avaliação de equipe mínima foi comprometida pelos afastamentos de profissionais pertencentes ao grupo de risco para COVID-19. Também foi comparado o estabelecido como equipe mínima no Contrato de Gestão nº 001/2018 com relatórios do SCNES e as folhas de frequência, estes dois últimos tendo por amostragem os meses de julho nos anos de 2018 a 2021. Conforme demonstrado no ANEXO 5 deste relatório, ficou comprovada a ausência de profissionais no CNES e em folha de frequência; demonstrando que o

contrato não estava sendo cumprido. Foi comprovada também a presença de profissionais cadastrados no CNES sem registro em folha de frequência, não permitindo comprovação pela equipe de auditoria da existência destes profissionais nas unidades de saúde.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: Em atenção a não conformidade constatada referente a manutenção do número mínimo de profissionais estabelecidos no Contrato de Gestão 001/2018 e Plano de Trabalho 001/2018, a Secretaria Municipal de Saúde de Alfenas destaca que a própria equipe de auditoria em seu relato constante no supracitado documento, referem “(...) no momento da visita as unidades de saúde foi constatada pela equipe de auditoria a presença de equipe mínima conforme previsão do Contrato de Gestão (...)”, todavia as auditoras não encontram o registro da equipe mínima no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Cabe esclarecer que, devido a alta rotatividade de profissionais na rede municipal de saúde, por vezes o setor responsável não realiza a inserção e exclusão dos profissionais em concomitância com a realidade, incorrendo no contexto identificado pelas auditoras, onde na prática a Unidade de Saúde possuía equipe mínima, porém os registros estavam desatualizados.

Cientes do fato, tão breve à época da auditoria foi encaminhado solicitação ao setor responsável para regularização da composição das equipes no CNES, que encontra-se regular conforme documentação anexa. ”

Extraí-se do Contrato de Gestão nº 001/2018 celebrado entre o Município de Alfenas e o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento/IMED:

1 DO OBJETO

(...)

1.6. A CONTRATADA obriga-se a executar a gestão dos serviços detalhados no Anexo V – Informações Técnicos-Gerenciais e Anexo I – Plano de Trabalho, assim como em manter o número mínimo de profissionais estabelecido nos referidos documentos.”

Em que pese os apontamentos da equipe de auditoria, no sentido de que quando da visita às unidades de saúde (setembro de 2021), foi constatada a presença da equipe mínima prevista no contrato, nossa opinião, S.M.J, é no sentido de que deveria ter sido anexada comprovação de cumprimento de carga horária por parte dos profissionais atuantes nas unidades, de modo a confrontá-la com as atualizações feitas no CNES. Assim sendo, nossa opinião é no sentido de que a irregularidade permanece parcialmente corrigida.

5 – Constatação nº636383 – O Serviço de Atenção ao Usuário (SAU) nas unidades sob a responsabilidade do IMED não está integrado ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Verificou-se que o IMED implantou o serviço de atenção ao usuário nas unidades sob sua responsabilidade, por meio de instalação de caixas para recolhimento dos formulários de pesquisa de satisfação preenchidos com sugestões, avaliações ou reclamações. O preenchimento destes formulários é espontâneo e as demandas são acolhidas e avaliadas pelo IMED.

As demandas após tratadas são encaminhadas ao profissional envolvido e dadas devidas respostas de providência tomadas ao demandante.

A SMS de Alfenas não possui Sistema de Ouvidoria em Saúde, não permitindo a integração do SAU ao Sistema de Ouvidoria da SMS de Alfenas.”

Nesse sentido, dispõe a Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS:

(...)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

Art. 3º *A Regulação de Sistemas de Saúde efetivada pelos atos de regulamentação, controle e avaliação de sistemas de saúde, regulação da atenção à saúde e auditoria sobre sistemas e de gestão contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 3º)*

III - controle Social e Ouvidoria em Saúde; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 3º, III) (...)

ANEXO 1 DO ANEXO XXXIX

Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (ParticipaSUS) (Origem: PRT MS/GM 3027/2007, Anexo 1)

(...)

4 Ações a Serem Desenvolvidas

Neste item são apresentadas as ações a serem desenvolvidas no âmbito da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS.

(...)

3. Aprimoramento das Instâncias e Processos de Participação Social no SUS:

h) Implantação de ouvidorias no SUS e implementação de práticas de ausculta dos usuários, profissionais e gestores.

(...)

5 Atribuições e Responsabilidades das Esferas de Gestão

(...)

5.3 Atribuições e Responsabilidades dos Gestores Municipais

(...)

19. Implementar ouvidoria municipal, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS, em consonância com as diretrizes nacionais. (...)

Não houve manifestação do recorrente

6 – Constatação nº 636387 – Inexistência de indicação pela SMS de Alfenas de gestor público para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº 01/2018 (alterado para nº 058/2018).

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que a SMS de Alfenas não indicou gestor público ou representante da administração para o desenvolvimento de ações de fiscalização da execução do objeto do Contrato de Gestão nº01/2018 (alterado para nº 058/2018).”

São as disposições pertinentes:

- Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

(...)

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. (...)

- Contrato de Gestão nº 001/2018 celebrado entre o ente municipal e o IMED:

(...)

1. DO OBJETO

(...)

1.6. A CONTRATADA obriga-se a executar a gestão dos serviços detalhados no Anexo V – Informações Técnico-Gerenciais e Anexo I – Plano de Trabalho, assim como em manter o número mínimo de profissionais estabelecido nos referidos documentos.

(...)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(...)

5.2. Garantir os recursos financeiros para a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, fazendo, de forma pontual, o repasse do custeio mensal à CONTRATADA, nos termos do disposto neste contrato.

5.3. Ressarcir as despesas e/ou encargos financeiros e/ou prejuízos decorrentes de eventual atraso nos repasses do custeio mensal, desde que tal atraso não seja provocado, por qualquer motivo, pela CONTRATADA.

(...)

5.11. Indicar um GESTOR PÚBLICO para fiscalizar a execução do objeto deste contrato.

Não houve manifestação do auditado.

7 – Constatação nº 636416 – A Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização não atua de acordo com as competências previstas no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018) e legislação vigente.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização formada pelas Sras. A.S. e K.V.L. e pelos Srs. L.R.S. e T.L.S. reúne-se regularmente a cada três meses, com exceção do ano de 2020, devido à pandemia COVID 19. Essas reuniões são registradas em Atas com emissão de um parecer. Contudo, nestes registros não houve identificação do alcance das metas do contrato com finalidade de determinar seu progresso, identificar eventuais desvios e indicar medidas de correção. A análise da comissão dos relatórios emitidos pelo IMED de execução do contrato não registra comparativos específicos entre as metas propostas e os resultados alcançados bem como não há registros de apreciação da Comissão sobre a proporcionalidade das metas alcançadas pelo IMED e os possíveis descontos pelo não cumprimento das metas manutenção de equipe mínima, de produção assistencial e de qualidade. Assim, os pareceres emitidos pela Comissão apenas relatam a aprovação da prestação de contas do IMED.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: Os trabalhos de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização foram inicialmente realizados pela Comissão constituída aos 01 de junho de 2018, Portaria nº 226 (documento anexo) que promoveu reuniões cujas atas seguem anexas. Ocorre que, no período de março/2020 a setembro/2022 devido ao estado de calamidade pública ante a Pandemia do COVID-19 (decreto anexo) tais trabalhos restaram prejudicados e inviáveis em decorrência do acúmulo de trabalho na Secretaria Municipal de Saúde bem como acúmulo de funções dos membros da comissão que atuaram inclusive nos trabalhos do Gabinete de Enfrentamento ao Covid-19.

Contudo, iniciou-se a ação reparadora com a solicitação de recomposição da comissão vigente através da solicitação encaminha via Comunicação Interna nº 324/SMS/2022 para que seja apurada a Prestação de Contas do período em aberto.”

10 – Constatação nº 636428 – Os repasses realizados a OS IMED não estão em conformidade com a avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização, formada pelas Sras. A.S e K.V.L. e pelos Srs. L.R.S. e T.L.S., em seus pareceres, não se manifestou acerca do desempenho apresentado pela OS IMED relativo às metas quali-quantitativas. Dessa forma, não houve registro de avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho. Os repasses realizados a OS foram inferiores ao previsto no Plano Orçamentário de Custeio e o Cronograma de Desembolso, sem haver relação com possíveis descontos pelo não cumprimento das metas de manutenção de equipe mínima, de produção assistencial ou de qualidade.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao número do Apontamento 636416.”

11 – Constatação nº 636429 – Os relatórios trimestrais de Prestação de Contas apresentados pelo IMED relativos ao Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº 058/2018) não são acompanhados, controlados e avaliados pela SMS de Alfenas conforme exigido pela legislação vigente.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Os relatórios de Prestação de Contas trimestrais são elaborados pelo IMED contendo documentos fiscais, contábeis e comprovantes de despesas em ordem referente à execução. Dentre os 10 trimestres do período de execução do Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº 58/2018), 05 foram disponibilizados pelo IMED à SMS de Alfenas após prazo estipulado em contrato (até o dia 15 do mês subsequente ao trimestre de referência). Apesar de haver registro das reuniões da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização com Pareceres aprovando as prestações de contas apresentadas pelo IMED, foi verificado que a SMS não acompanha, controla e avalia os relatórios de forma adequada. Os relatórios técnicos apresentados pelo IMED demonstram claramente as metas que não foram alcançadas seguidas de justificativas. Não há nenhuma análise por parte da comissão no sentido de acatar ou refutar tais justificativas. Em relação aos relatórios financeiros que demonstram o uso do recurso financeiro, com comprovação das despesas, somente o registro da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização demonstrou detalhamento da análise, com

questionamentos e solicitação de esclarecimentos. Em análise das prestações de contas, verificou-se contratação por parte do IMED de 03 empresas de consultoria e assessoria, sendo: 1 - Ede e Associados Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços contínuos em caráter não autônomo e não exclusivo de assessoria e qualidade assistencial para as atividades de gestão desenvolvidas pelo contratante junto à rede de atenção de saúde básica do município de Alfenas - MG (...); 2- Talita Natacha Araújo - ME, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos em caráter autônomo e exclusivo, de assessoria financeira e administrativa para as atividades de gestão desenvolvidas pelo contratante junto à rede de atenção básica do município de Alfenas - MG e 3 - Courart Informática Ltda., cujo objeto é prestação de serviços em caráter autônomo e exclusivo de assessoria na gestão de informações gerenciais de atenção básica e saúde mental do município de Alfenas (...). Os relatórios mensais de atividades apresentados por estas empresas não comprovam as ações realizadas pelas mesmas de forma objetiva e não provando a contribuição das empresas para melhoria de qualidade dos serviços prestados pelo IMED na execução do Contrato de Gestão nº001/2018. No relatório mensal referente ao período de jan/2019 apresentado pela empresa Ede e Associados Ltda. há relato de implantação de Procedimentos Operacionais Padrão (POP) nas unidades PSF Santa Clara Pinheirinho, PSF Primavera I, PSF Primavera II, PSF Recreio, sendo que em visita ao PSF Santa Clara Pinheirinho foi constatado que os POPs existentes datam do ano de 2013, sem atualização posterior e em visita ao PSF Jardim Alvorada, os POPs existentes são do ano de 2013, com última atualização em 10/09/2018, realizada pela A.P.L.D. gerente de enfermagem. Ressalta-se ainda que nas entrevistas realizadas com agentes das unidades de saúde, ficou demonstrado que esses profissionais desconhecem a atuação da empresa Ede e Associados Ltda nas unidades.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: A justificativa da não conformidade em questão refere-se ao já exposto na resposta referente ao número do Apontamento 636416.”

Nesse sentido a já citada Lei Municipal nº 4.732/2017, contém as seguintes disposições:

(...)

Art. 9º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizado pela Secretaria Municipal do Poder Executivo da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

(...)

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação, indicada pelo Chefe do Poder Executivo, devendo ser composto por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

(...)

§ 4º O Poder Executivo regulamentará a instalação e o funcionamento da Comissão de Avaliação.

Art. 10. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência às autoridades competentes, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 11. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou do interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, para proceder os expedientes jurídicos necessários à preservação do patrimônio público. (...)

- Contrato de Gestão nº 001/2018:

(...)

6. DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão (constituída na forma prevista no art. 9º da Lei Municipal nº 4.732/2017); será responsável pelo acompanhamento do CONTRATO DE GESTÃO, envolvendo a verificação objetiva de que a gestão dos serviços está sendo realizada de forma satisfatória e, também, pela identificação do alcance das metas do contrato, com a finalidade de determinar o seu progresso, identificar eventuais desvios dos objetivos contratuais e indicar medidas de correção. A Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão deverá ainda avaliar o desenvolvimento das atividades, de acordo com os critérios, parâmetros e calendário previamente acordados com a CONTRATADA, elaborando relatórios de avaliação e fazendo cumprir os itens deste contrato.

6.2. À Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão compete, também, analisar o relatório da execução do CONTRATO DE GESTÃO, com comparativo específico entre metas propostas e os resultados alcançados, acompanhados da prestação de contas apresentada pela CONTRATADA, ao final de cada trimestre.

6.3. Os trabalhos acima descritos serão trimestrais e os relatórios conclusivos elaborados pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão serão disponibilizados, sempre que necessário, para subsidiar as demais instâncias de controle, bem como adequar o planejamento aos exercícios subsequentes.

6.4. Os relatórios conclusivos da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão serão submetidos à Secretaria Municipal de Saúde, bem como encaminhados à CONTRATADA e também disponibilizados no Portal da Prefeitura do

Município de Alfenas.

7. DO FINANCIAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

(...)

7.3. DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E DOS DESCONTOS PREVISTOS

7.3.1. O repasse do CUSTEIO será realizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, conforme Plano Orçamentário de Custeio e Cronograma de Desembolso, constantes do Plano de Trabalho, sendo que o primeiro repasse será realizado até o 2º dia útil do mês subsequente ao início do CONTRATO DE GESTÃO, e as 23 (vinte e três) parcelas restantes, até o 5º (quinto) dia útil dos meses subsequentes, proporcionais aos quantitativos de unidades assumidas, e em conformidade com a avaliação dos critérios estabelecidos, de acordo item 10 deste contrato

(...)

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8.1. O acompanhamento da execução financeira do CONTRATO DE GESTÃO será realizado pelo monitoramento e análise das informações estabelecidas pela CONTRATANTE e disponibilizadas trimestralmente pela CONTRATADA, através do Relatório de Prestação de Contas.

8.2. O Relatório de Prestação de Contas deverá ser finalizado e entregue à CONTRATANTE, até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao trimestre de referência, prorrogado para o próximo dia útil, no caso de final de semana ou feriado, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (relatório técnico), bem como os demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizados (relatório financeiro).

(...)

8.4. A Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão designada para acompanhar, fiscalizar e avaliar o CONTRATO DE GESTÃO, após receber e verificar a Prestação de Contas, encaminhará sua análise à Secretaria de Saúde para manifestação quanto à aplicação ou não das penalidades relativas ao cumprimento das metas estabelecidas.

8.5. Caso não seja apontada qualquer inconsistência ou não atingimento das metas que possa implicar na aplicação de penalidades por descumprimento de obrigações contratuais ou que venha a afetar as atividades desenvolvidas nas unidades, o mesmo será

convolado em parecer final, a ser exarado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão.

8.6. Caso seja apontada qualquer inconsistência que possa implicar na aplicação de deflatores ou penalidades por descumprimento de metas ou que venha a afetar as atividades desenvolvidas nas unidades, deverá ser procedido a notificação da CONTRATADA para que esta apresente, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da sobredita notificação, suas justificativas e eventuais documentos que entenda ser pertinentes para respaldar suas alegações ou mesmos as correções que se mostrem aptas a sanar as irregularidades constatadas.

8.7. Caso as irregularidades sejam corrigidas ou mesmo na hipótese das justificativas apresentadas pela CONTRATADA sejam aceitas, a Secretaria de Saúde, após ouvir a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, emitirá manifestação final sobre a aplicação ou não de eventuais penalidades.

(...)

10. PARÂMETROS PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS EM FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

10.1. MANUTENÇÃO DE EQUIPE MÍNIMA

10.1.1. A não manutenção da equipe mínima estabelecida para a gestão dos serviços deste CONTRATO DE GESTÃO implicará no desconto do valor de pessoal e reflexo correspondente aos profissionais não contratados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;

10.1.2. O desconto previsto no subitem 10.1.1. incidirá no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

10.2. PRODUTIVIDADE POR LINHA DE SERVIÇO

10.2.1. O cumprimento de 85% ou mais das METAS DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL não implicará em desconto.

10.2.2. O não cumprimento de no mínimo 85% implicará no desconto de até 10% sobre a proporção da respectiva linha de serviço, conforme ANEXO II – Parâmetros para pagamento e avaliação de desempenho por linha de serviço; o desconto proporcional incidirá sobre 95% (noventa e cinco por cento) do valor total de custeio deste CONTRATO DE GESTÃO.

10.2.3. As metas de produção assistencial serão acompanhadas trimestralmente pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, nos termos de suas responsabilidades descritas nos itens 6.1 e 6.2 deste CONTRATO DE GESTÃO e levarão em consideração as atividades realizadas frente às metas estabelecidas para cada linha de serviço, conforme Anexo V – Informações Técnico-Gerenciais.

10.2.4. A produtividade será avaliada trimestralmente em reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, e em caso de não atingimento de no mínimo 85,00% (oitenta e cinco por cento) das metas para cada linha de serviço contratada, será procedido ao desconto proporcional, no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

10.2.5. Caso seja verificado que o não cumprimento da meta de produção assistencial deveu-se à não contratação do número de profissionais estabelecido na equipe mínima, será procedido ao desconto somente referente à não manutenção da equipe mínima, cláusula 7.3.2.a, não incluindo neste caso duplo desconto.

10.2.6. Em caso de execução abaixo de 85% das metas da produção assistencial por período maior de 3 (três) meses consecutivos, além do desconto previsto no item

10.2.2., sem prejuízo de outras sanções, será realizada a revisão das metas de produção assistencial pactuadas por linha de serviço, dos recursos humanos estimados para execução das atividades contratadas, assim como a revisão do Plano Orçamentário de Custeio, formalizando as necessárias alterações por meio de termo aditivo ao presente contrato.

10.3. METAS DE QUALIDADE

10.3.1. As Metas de Qualidade serão avaliadas e pontuadas através dos indicadores estabelecidos no ANEXO III – Matriz de Indicadores de Qualidade e explicados no ANEXO IV – Quadro Explicativo da Matriz de Indicadores de Qualidade.

10.3.2. A avaliação dos indicadores de qualidade, com valoração dos resultados, será realizada trimestralmente pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão.

10.3.3. O não cumprimento das METAS DE QUALIDADE implicará em desconto proporcional à meta não cumprida, conforme matriz de indicadores, que incidirá sobre 5% (cinco por cento) do valor global de custeio do contrato.

10.3.4. Em caso de não atingimento de 100% da meta estabelecida para cada indicador, de acordo com sua periodicidade, a pontuação será zerada e a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, fará trimestralmente o

desconto proporcional correspondente às metas não atingidas, no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

(...)

O Recorrente esclareceu que a comissão de acompanhamento foi constituída em 2018 e que as reuniões ocorreram regularmente. Contudo, no período da pandemia de covid-19, em decorrência do acúmulo de serviço, os trabalhos da referida comissão se tornaram inviáveis. Acrescentou que já solicitou por meio da comunicação interna nº 324/SMS/2022 que fosse apurada a prestação de contas do período em aberto (67100219).

Importante observar que no documento de comunicação interna, foi solicitada nova recomposição da comissão tendo como objetivo reanálise das prestações de contas, com emissão de pareceres, fato que já ocorria segundo evidenciado pela equipe de auditoria.

Os apontamentos tidos como não conformes referem-se a irregularidades acerca da falta de atuação da comissão de acompanhamento visando apurar alcance e comparativos de metas propostas, alcance dos resultados, controle e avaliação dos relatórios trimestrais de prestação de contas, avaliação dos parâmetros para transferência de recursos em função da avaliação do desempenho, bem como indicação de eventuais desvios.

Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção das penalidades aplicadas, nos itens 7, 10 e 11.

8 – Constatação nº 636421 – A SMS não realiza os repasses de custeio das parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês subsequente conforme Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018).

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que a SMS não realiza os repasses de custeio das parcelas mensais para o IMED até o 5º dia útil de cada mês subsequente apesar de previsão no Contrato de Gestão nº001/2018 (alterado para nº058/2018), conforme demonstrado nos ANEXOS 1, 2, 3 e 4 deste relatório, relativos aos anos de execução de 2018, 2019, 2020 e 2021. Não há regularidade para emissão dos empenhos e para realização das transferências dos recursos. A transferência dos recursos financeiros ao IMED ocorre, na maioria das vezes, de forma fracionada.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: Tendo em vista que parte dos recursos que compõem o repasse de custeio são oriundos de verbas vinculadas ao Ministério da Saúde, transferência fundo a fundo, e que estes não entram nas contas do Fundo Municipal de Saúde até o dia útil estipulado no contrato (planilha demonstrativa em anexo – FNS Fundo Nacional de Saúde), houve uma convenção entre as partes contratantes no sentido de que o atraso de alguns dias seria tolerado sem nenhum prejuízo.

Ressalta-se contudo, que nunca houve suspensão ou paralisação da prestação de serviços em decorrência desse atraso bem como o repasse total nunca extrapolou o período do mês de competência.”

As Cláusulas 5 e 7 do Contrato de Gestão nº 001/2018, estabeleceram:

(...)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(...)

5.2. Garantir os recursos financeiros para a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, fazendo, de forma pontual, o repasse do custeio mensal à CONTRATADA, nos termos do disposto neste contrato.

5.3. Ressarcir as despesas e/ou encargos financeiros e/ou prejuízos decorrentes de eventual atraso nos repasses do custeio mensal, desde que tal atraso não seja provocado, por qualquer motivo, pela CONTRATADA.

(...)

7. DO FINANCIAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

(...)

7.3. DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E DOS DESCONTOS PREVISTOS

7.3.1. O repasse do CUSTEIO será realizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, conforme Plano Orçamentário de Custeio e Cronograma de Desembolso, constantes do Plano de Trabalho, sendo que o primeiro repasse será realizado até o 2º dia útil do mês subsequente ao início do CONTRATO DE GESTÃO, e as 23 (vinte e três) parcelas restantes, até o 5º (quinto) dia útil dos meses

subsequentes, proporcionais aos quantitativos de unidades assumidas, e em conformidade com a avaliação dos critérios estabelecidos, de acordo item 10 deste contrato. (...)

Como observado o recorrente alega que houve acordo entre as partes visando tolerância dos atrasos, no entanto não foi anexado o respectivo suporte probatório. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

9 – Constatação nº 636587 – Os valores de repasses realizados pela SMS à OS não consideraram os parâmetros estabelecidos no Contrato de Gestão nº 001/2018 (alterado para nº058/2018).

A equipe de auditoria evidenciou:

“Constatou-se que os repasses dos valores de custeio realizados a OS foram inferiores aos quantitativos das unidades de saúde assumidas, não correspondendo ao previsto no Plano Orçamentário de Custeio (fls. 1174, 1205, 1258, 1273, 1400, 1417) e no Cronograma de Desembolso (fls. 1068- 1069, 1172-1173, 1203-1204, 1256-1257, 1271-1272, 1397-1399, 1413-1416) integrantes do Plano de Trabalho. A OS assumiu as unidades conforme proposto pelo Contrato de Gestão nº 01/2018 (alterado para nº58/2018) e termos aditivos. Conforme previsto no subitem 7.3.1 do Contrato, o repasse dos valores de custeio estaria condicionado a dois fatores: a) quantitativo de unidades assumidas; b) resultado da avaliação de critérios estabelecidos no item 10 do contrato (manutenção de equipe mínima, produtividade por linha de serviço e metas de qualidade). Caberia à Comissão de Acompanhamento, Avaliação e fiscalização avaliar o cumprimento do cronograma de assunção das unidades e o desempenho quanto aos parâmetros do item 10 do Contrato, o que não aconteceu.

Conforme demonstrado nos anexos 1, 2 e 3, deste relatório, a SMS de Alfenas repassou ao IMED valores a menor do que os previstos no Cronograma de Desembolso nos anos de 2018 a 2020, contudo não apresentou como fundamento nenhuma das condições determinantes de pagamento proporcional (subitem 7.3.1 do Contrato de Gestão) ou desconto (subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4), uma vez que a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão não exerceu plenamente suas competências.”

Manifestação do Recorrente

“Fundamentação: No que tange a diminuição dos repasses realizados à OS houve uma repactuação na prestação de serviços inicialmente contratada com o recorte de fornecimento de medicamentos, material médico-hospitalar, materiais de consumo em geral e materiais permanentes.

Ocorreu também, a manutenção também das Unidades Básicas de Saúde de atendimento, quais sejam: Vila Betânia, Pinheirinho, Recreio Vale do Sol, Primavera, Alvorada e Jardim Eunice, sem novas expansões de atendimento conforme previa o contrato.”

Dispõe a Cláusula Sétima do contrato nº 001/2018 - Do Financiamento do Contrato de Gestão, subitens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3., e a Décima – Dos Parâmetros para Transferência de Recursos em função da Avaliação do Desempenho subitens 10.1.1, 10.2.2, 10.2.4, 10.3.3 e 10.3.4:

(...)

7.3.1. O repasse do CUSTEIO será realizado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, conforme Plano Orçamentário de Custeio e Cronograma de Desembolso, constantes do Plano de Trabalho, sendo que o primeiro repasse será realizado até o 2º dia útil do mês subsequente ao início do CONTRATO DE GESTÃO, e as 23 (vinte e três) parcelas restantes, até o 5º (quinto) dia útil dos meses subsequentes, proporcionais aos quantitativos de unidades assumidas, e em conformidade com a avaliação dos critérios estabelecidos, de acordo item 10 deste contrato

7.3.2. Mediante resultado da avaliação de desempenho, de acordo com os parâmetros definidos no item 10 deste CONTRATO DE GESTÃO, poderão ser aplicados os seguintes descontos:

- a) Desconto proporcional à não manutenção da equipe mínima;*
- b) Desconto proporcional ao não cumprimento das metas de produção assistencial; e*
- c) Desconto proporcional ao não cumprimento das metas de qualidade.*

7.3.3. Havendo atrasos nos pagamentos previstos no cronograma de desembolso a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada para recebimento dos pagamentos mensais, tendo reconhecido as despesas efetivadas desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não repassados que estejam previstos neste contrato.

(...)

10. PARÂMETROS PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS EM FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

10.1. MANUTENÇÃO DE EQUIPE MÍNIMA

10.1.1. A não manutenção da equipe mínima estabelecida para a gestão dos serviços deste CONTRATO DE GESTÃO implicará no desconto do valor de pessoal e reflexo correspondente aos profissionais não contratados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL;

10.1.2. O desconto previsto no subitem 10.1.1. incidirá no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

10.2. PRODUTIVIDADE POR LINHA DE SERVIÇO

10.2.1. O cumprimento de 85% ou mais das METAS DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL não implicará em desconto.

10.2.2. O não cumprimento de no mínimo 85% implicará no desconto de até 10% sobre a proporção da respectiva linha de serviço, conforme ANEXO II – Parâmetros para pagamento e avaliação de desempenho por linha de serviço; o desconto proporcional incidirá sobre 95% (noventa e cinco por cento) do valor total de custeio deste CONTRATO DE GESTÃO.

10.2.3. As metas de produção assistencial serão acompanhadas trimestralmente pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, nos termos de suas responsabilidades descritas nos itens 6.1 e 6.2 deste CONTRATO DE GESTÃO e levarão em consideração as atividades realizadas frente às metas estabelecidas para cada linha de serviço, conforme Anexo V – Informações Técnico-Gerenciais.

10.2.4. A produtividade será avaliada trimestralmente em reunião da Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, e em caso de não atingimento de no mínimo 85,00% (oitenta e cinco por cento) das metas para cada linha de serviço contratada, será procedido ao desconto proporcional, no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

10.2.5. Caso seja verificado que o não cumprimento da meta de produção assistencial deveu-se à não contratação do número de profissionais estabelecido na equipe mínima, será procedido ao desconto somente referente à não manutenção da equipe mínima, cláusula 7.3.2.a, não incluindo neste caso duplo desconto.

10.2.6. Em caso de execução abaixo de 85% das metas da produção assistencial por período maior de 3 (três) meses consecutivos, além do desconto previsto no item 10.3. METAS DE QUALIDADE

10.3.1. As Metas de Qualidade serão avaliadas e pontuadas através dos indicadores estabelecidos no ANEXO III – Matriz de Indicadores de Qualidade e explicados no ANEXO IV – Quadro Explicativo da Matriz de Indicadores de Qualidade.

10.3.2. A avaliação dos indicadores de qualidade, com valoração dos resultados, será realizada trimestralmente pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão.

10.3.3. O não cumprimento das METAS DE QUALIDADE implicará em desconto proporcional à meta não cumprida, conforme matriz de indicadores, que incidirá sobre 5% (cinco por cento) do valor global de custeio do contrato.

10.3.4. Em caso de não atingimento de 100% da meta estabelecida para cada indicador, de acordo com sua periodicidade, a pontuação será zerada e a Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão, fará trimestralmente o desconto proporcional correspondente às metas não atingidas, no trimestre subsequente ao trimestre da prestação de contas avaliado (mês a mês), após o procedimento administrativo mencionado nos itens 8.5 a 8.9 deste contrato.

(...)

Assim, como para a primeira instância, o Recorrente informou que houve uma repactuação dos serviços inicialmente contratados, com recorte de algumas ações pactuadas, bem como manutenção de algumas unidades. Porém, os fatos apontados como não conforme, referem-se à não apresentação dos fundamentos que justificassem os pagamentos de maneira proporcional.

A apresentação dos fundamentos/motivos determinantes, constitui obrigações pactuadas no instrumento contratual. Assim sendo, nossa opinião é pela manutenção da penalidade aplicada.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes citadas no relatório de auditoria, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades apontadas nos itens **nº 1 (Constatação nº 636271), 3 (Constatação nº 636277), 7 (Constatação nº 636416), 8 (Constatação nº 636421) 9 (Constatação nº. 636587) 10 (Constatação nº 636428) e 11 (Constatação nº 636429)**. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém, negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita, impostas ao SMS.

Quanto ao item **nº 4 (Constatação nº 636286)** consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e que foram apresentadas justificativas válidas, a demonstrar que a irregularidade fora parcialmente corrigida. Portanto, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar a penalidade referente a não conformidade em questão.

No que se refere às constatações indicadas nos itens **2 (Constatação nº 636275), 5 (Constatação nº 636383) e 6 (Constatação nº 636387)**, tendo em vista a falta de manifestação dos recorrentes, sugerimos a manutenção das penalidades impostas.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui assinaladas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77217920** e o código CRC **30F8C02B**.

Referência: Processo nº 1320.01.0044436/2021-19

SEI nº 77217920